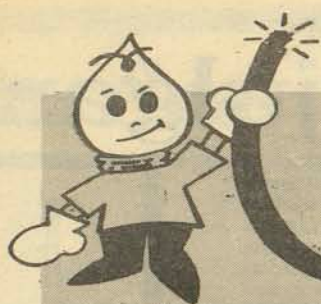




SETOR ELÉTRICO
VIOLENCIA
As punições continuam

14/06/91

nº 137

Assembléias rejeitam proposta da Celesc e preparam campanha

As atenções dos eletricitários se voltam para as negociações de salários que devem acontecer em julho e para a preparação da campanha salarial de outubro. Garantia no emprego é a principal bandeira.

As assembléias realizadas em todo estado rejeitaram a contraproposta da Celesc às reivindicações dos eletricitários, especialmente no que diz respeito ao pagamento da URP de fevereiro de 89 (26,05%). A empresa propunha o pagamento em uma única parcela, sem juros e escalonadamente, em 15 meses. No entendimento dos trabalhadores esta proposta não atende minimamente as expectativas.

Os outros pontos rejeitados dizem respeito ao Conselho de Recursos Humanos, Plano de Carreira, Datas de pagamento dos Salários, Incentivo à Aposentadoria, e reposição salarial. "A resposta da empresa é cheia de evasivas, não tem consistência, por isso, foi rejeitada, não atende minimamente as reivindicações", avalia Arno Cugnier, secretário da Intersindical.

A Intersindical garante que agora os esforços vão se concentrar na preparação da campanha salarial de outubro. A pauta de reivindicações começa a ser preparada no próximo dia 29, em Rio do Sul, onde acontecerá a primeira plenária de base para preparar a campanha. Este evento deverá preparar a pré-pauta, que depois deverá ser submetida

às assembléias e, depois, a uma nova plenária. Só depois deste processo, é que as reivindicações serão encaminhadas para a Celesc para começar as negociações.

Mas, no meio deste processo devem haver algumas reuniões da Intersindical com a Empresa. Breve deve haver discussão sobre uma reposição salarial, já que a empresa garantiu que vai apresentar uma proposta para reajustar os salários em julho. A Intersindical está aguardando uma posição oficial para discutir sobre ela os índices.

A expectativa dos sindicalistas é que a garantia no emprego seja um dos pontos mais polêmicos da campanha de outubro. Há uma onda de demissões em empresas estatais desde que Collor assumiu e a Celesc está sob a ameaça de uma reforma administrativa. Recentemente, na Celg, em Goiás, por não haver cláusula de garant' no emprego houve mil demissões por determinação do Ministro João Santana e a Celesc não está livre de uma coisa deste tipo", comenta Arno.

A cláusula de garantia no emprego que vige há vários anos na Celesc foi responsável pela reintegração ao traba-



Em Florianópolis cerca de 400 participam da assembléia

lho de diretores da Celesc da atual gestão, quando o ex-presidente Nogert Wiest demitiu por razões políticas inclusive o atual presidente, Fernando Verdini. A Intersindical acredita que seria uma incoerência da diretoria negar a estabilidade aos empregados depois de ter usufruído dela.

A garantia no emprego deverá ser o ponto central de campanha de mobilização que será lançada em breve, com adesivos e várias peças publicitárias.

Os sindicatos estão satisfeitos com o comparecimento dos trabalhadores nas últimas assembléias. "Já dá para perceber que a categoria está se mobilizando, compreendendo que ela precisa atuar diretamente, como força de pressão para que a campanha salarial seja bem sucedida. O pessoal já está sentindo que a mobilização é o caminho para barra o arrocho salarial crescente e garantir direitos adquiridos, além da permanência no emprego", avalia a Intersindical.

Celesc e Eletrosul



Assembléia Geral Conjunta dos Trabalhadores

CASA NOVA

DIA 20 — 18 HORAS ✓

Pauta

- eleição dos delegados para o Congresso Estadual da CUT;
- embargos declaratórios à garantia de emprego (Eletrosul);
- alteração do contrato da Assessoria Jurídica do Sinergia.



SERVIÇO PÚBLICO

12 mil servidores em greve

Doze mil trabalhadores do serviço público federal estão em greve em Santa Catarina. A paralisação se concentra na Universidade Federal (professores e funcionários), previdência, escolas técnicas, e Ibama. Na UFSC a paralisação atinge 95% dos trabalhadores. Espera-se para breve a adesão ao movimento por parte dos empregados da LBA e Sucam.

A greve se dá em torno de seis reivindicações básicas: rejeição da medida provisória 296 - que fala

de salários -, reposição das perdas salariais, que já chegam a 355%, política salarial com reajuste mensal, isonomia sem redução salarial, retorno dos disponíveis e demitidos e cumprimento do regime jurídico único no seu artigo 240.

As atenções dos grevistas de todo o país estão se concentrando no Congresso Nacional, onde vai ser apreciada a medida provisória que trata do reajuste salarial dos trabalhadores no serviço público federal.

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO MÊS DE ABRIL DE 1991

SINERGIA		
SALDO ANTERIOR: 31/03/91		
Caixa Econômica Federal Mercado/Fundo Aplicação	Cr\$	124.711,57
Caixa Econômica Federal Conta Movimento 99-6	Cr\$	106.158,66
Caixa Econômica Federal Conta Movimento 248-0	Cr\$	965,68
Fundo Fixo de Caixa	Cr\$	724,63

Caixa Econômica Federal CONTAS POUPANÇAS		
Fundo de Apoio Sindical 29007-0	Cr\$	29.785,42
Fundo de Construção - 31880-2	Cr\$	2.134.233,04
Fundo de Modernização - 49660-3	Cr\$	6.889.919,86
Fundo de Mobilização Caixa 49659-0	Cr\$	3.746.273,27
Sinergia (Provisão) 26800-7	Cr\$	2.741.115,11
Sinergia 50325-1	Cr\$	3.959.853,55
Sinergia 51183-1	Cr\$	3.600.000,00
	Cr\$	23.333.740,79

Caixa Econômica Federal CONTAS EM CRUZADOS NOVOS		
Sinergia 99-6	NCz\$	370.813,58
Sinergia 248-0	NCz\$	162.144,37
Sinergia 26800-7	NCz\$	162.144,37
Sinergia 29006-1	NCz\$	13.117,79
Sinergia 31880-2	NCz\$	16.460,71
Sinergia 33129-5	NCz\$	8.888,08
Sinergia 160708-1	NCz\$	1.272.467,60
	NCz\$	1.861.840,22

RECEITAS		
Mensalidade Associado Caixa/Eletrosul	Cr\$	3.858.220,29
Mensalidade Aposentado Contrato	Cr\$	8.037,00
Recuperação Despesas	Cr\$	638.635,88
Comissão Seguro	Cr\$	20.099,41
Juros Emprestimos Interstul	Cr\$	172.507,12
Devolução Empréstimo Sind. Jornalistas de SC	Cr\$	25.000,00
Devolução Empréstimo Interstul	Cr\$	3.975.529,93
Rendimento Caderneta Poupança/Fundo	Cr\$	2.413.001,57
Rendimento em Cruzados Novos	NCz\$	177.889,23
	Cr\$	11.288.919,53

TOTAL	Cr\$	36.504.500,54
-------	------	---------------

DESPESAS		
Administrativas	Cr\$	951.564,54
Salários	Cr\$	982.433,50
Assessoria Jurídica	Cr\$	345.591,00
Encargos Sociais	Cr\$	664.636,37
Serviços de Terceiros	Cr\$	321.143,99
Jornal Linha Viva	Cr\$	506.126,00
Entidades Movimento Sindical	Cr\$	431.290,43
	Cr\$	4.202.785,83
Empréstimo entidades mov. Sindical	Cr\$	702.097,06
	Cr\$	702.097,06

INVESTIMENTOS:		
Máquinas/Equipamentos	Cr\$	76.312,12
Móveis/Utensílios	Cr\$	260.000,00
Cultura/Informação	Cr\$	5.210,00
	Cr\$	341.522,12

SALDO ATUAL: 30/04/91		
Caixa Econômica Federal Mercado/Fundo Aplicação	Cr\$	1.443.317,93
Caixa Econômica Federal Conta Movimento 99-6	Cr\$	39.475,09
Caixa Econômica Federal Conta Movimento 248-0	Cr\$	965,68
Fundo Fixo de Caixa	Cr\$	55.956,51

Caixa Econômica Federal CONTAS POUPANÇAS		
Fundo de Apoio Sindical - 29007-0	Cr\$	64.248,10
Fundo de Construção - 31880-2	Cr\$	2.329.758,47
Fundo de Modernização - 49660-3	Cr\$	7.356.060,14
Fundo de Mobilização Caixa - 49659-0	Cr\$	4.088.798,79
Sinergia (Provisão) - 26800-7	Cr\$	2.972.710,46
Sinergia - 50325-1	Cr\$	6.317.923,30
Sinergia - 51183-1	Cr\$	3.929.151,61
Fundo de Cultura - 51355-9	Cr\$	600.000,00
	Cr\$	29.198.368,08

Caixa Econômica Federal CONTAS EM CRUZADOS NOVOS		
Sinergia - 99-6	NCz\$	405.866,37
Sinergia - 248-0	NCz\$	41.535,30
Sinergia - 26800-7	NCz\$	177.471,78
Sinergia - 29006-1	NCz\$	14.357,80
Sinergia - 31880-2	NCz\$	18.016,73
Sinergia - 33129-5	NCz\$	9.726,26
Sinergia - 160708-1	NCz\$	1.392.753,21
	NCz\$	2.059.729,45

TOTAL	Cr\$	36.504.500,54
-------	------	---------------

Obs.: O item-Despesas encontra-se sintetizado, o balancete analítico, para maiores esclarecimento encontra-se afixado no mural do Sindicato.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina que tem 7000 exemplares. Diretor Responsável: Gláucio Marques. Editores: Gasão Cassal (DRT/SC 6109) e Rosângela Bion (DRT/SC 1019). Ilustração: Franco Maia. Impressão: Gráfica do Jornal O Estado. Redação: Rua Leopoldo Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone: (048) 23-8893. Fax: 46-2555. Fax: 23-8899. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

ELETROSUL

Adiado julgamento dos "embargos"

Conforme as informações extra-oficiais obtidas pelo Comando Nacional dos Eletricistas - CNE, os embargos declaratórios que visam acabar com a garantia no emprego seriam apreciados pelo TST quarta-feira, dias 12, sem que a assessoria jurídica do CNE tivesse acesso às notas taquigráficas, já solicitadas há mais de 15 dias, que auxiliariam na elaboração do memorial que usualmente é utilizado para prestar esclarecimentos aos juizes sobre a matéria.

Além disso, os embargos declaratórios só podem ser julgados com a participação do revisor do processo, conforme o Art. 157, do regimento interno do TST. Por isso, apesar de todo o empenho das empresas para que os embargos fossem julgados com urgência, não foi ainda julgada a medida, fato que acontecerá somente na próxima semana, se houver o quorum regimental. Para tanto, assessor jurídico do CNE, Nelo Kaway Jr., baseado numa questão regimental, solicitou ao Ministro Relator o adiamento do julgamento dos embargos. O pedido foi aceito, ficando a previsão do julgamento para depois do dia 17 de junho.

CNE quer negociar reajuste salarial

Visando atender a grave situação salarial dos eletricistas e a própria sentença do TST, o CNE decidiu encaminhar de imediato uma correspondência ao presidente da Eletrobrás, solicitando a marcação de um cronograma de reuniões, visando a abertura de negociações para fins de discussão de cláusulas econômicas, conforme prevê a sentença do TST.

ALTA TENSÃO



Eletrosul retarda processo de Delman

A audiência do processo movido pela Eletrosul para "apuração de falta grave" contra o sindicalista Delman Ferreira acabou apenas retardando o andamento do processo. A Empresa pediu que a Justiça notificasse duas testemunhas, o que é contra a praxe da Justiça do Trabalho. As testemunhas são Maurício Calais e Tito Gorski. Delman está desde a última greve da empresa sem receber salário, mesma situação de Mauro Passos. A Eletrosul já percebeu que dificilmente conseguirá comprovar "falta grave" nos processos, por isso está tentando retardar ao máximo o julgamento. Lideranças sindicais de várias categorias estavam



4º ENEL será em agosto para discutir campanha

Na reunião do CNE em Brasília, no dia 11, ficou aprovada a marcação do 4º Encontro Nacional dos Eletricistas para os dias 2, 3 e 4 de agosto, em Brasília.

Como pontos centrais deste encontro serão discutidas a campanha salarial

extraordinária, prevista na sentença do TST, a campanha da data-base (pauta unificada), a consolidação do CNE (questões administrativas, financeiras, jurídicas, etc...), a unificação da data-base, entre outras questões.

presentes na audiência que aconteceu no dia 11, às 14 horas. A próxima audiência so acontecerá em março de 1992.

Entidades em defesa da escola pública

A Central Unica dos Trabalhadores realiza na próxima quarta-feira, dia 19, às 19 horas, um debate sobre a Municipalização do Ensino, no auditório do Sindicato dos Eletricistas, em Florianópolis.

A Municipalização do Ensino é um dos pontos do programa de modernização do governo de Wilson Kleinubing. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE) é contra a proposta. O objetivo da CUT é estender a luta contra a municipalização a outras entidades, por

considerar que a defesa da escola pública, gratuita e de qualidade é um compromisso de toda sociedade.

Problema de Itá vira tese de mestrado

"A transição de paradigmas na construção de barragens no Rio Uruguai" é o título da palestra do professor da UFSC, Engenheiro Civil Daniel Silva, que acontecerá dia 18 de junho, às 19 horas na sede do Sinergia. A palestra é sobre o trabalho apresentado como dissertação de mestrado de Daniel que estudou especificamente as situações geradas pelas obras da usina de Itá. O trabalho relembra os princípios técnicos e burocráticos do regime militar, a formação do quadro técnico das estatais e as contradições destes técnicos com os conflitos sociais

Partidos intervêm por eletricistas

Diante da interferência do Ministro João Santana no Tribunal Superior do Trabalho - TST, tentando reverter a sentença que assegura a garantia de emprego para os eletricistas e, em função do posicionamento do advogado contratado pelo governo, Hugo Gueiros, especificamente para este fim, que declarou ao assessor jurídico do Comando Nacional dos Eletricistas, Nilo Kaway Jr. que "esta não é uma questão técnica e nem processual, é uma questão política", o CNE esteve no Congresso Nacional informando aos parlamentares o que está se passando. As lideranças dos partidos PT, PDT, PC do B, PMDB, PSB PTB, PCB e PSDB, também da Comissão de Trabalho, enviaram telex ao Ministro João Santana com o seguinte texto:

"Considerando que a decisão do TST, no dia 7 de maio último, no dissídio dos eletricistas, resolveu de forma justa e equânime a questão da garantia parcial de emprego, pois foi adotada proposta do próprio grupo Eletrobrás com a qual concordaram os trabalhadores. Considerando que as gestões e as manifestações de Vossa Excelência sobre o assunto, além de poderem ser entendidas como desobediência a decisão judicial, ferem o princípio de autonomia e independência dos poderes, sustentáculo da democracia. Considerando que a recusa em aceitar decisão do TST e o anúncio de mais 15 mil demissões de trabalhadores cria clima de tensão de consequências imprevisíveis para o futuro do já debilitado setor elétrico, solicitamos que Vossa Excelência determine a imediata retirada das medidas ajuizadas contra a decisão do TST, de forma que possa efetivamente ser pacificada a questão, mantida a independência dos poderes e evitado o agravamento da crise social que, certamente, se dará com mais 15 mil eletricistas para as ruas já superlotadas de desempregados.

Atenciosamente
Vivaldo Barbosa-PDT / José Genoino-PT / Haroldo Lima-PC do B / José Carlos Sabóia-PSB / Augusto Carvalho-PCB

que encontraram na execução do projeto. Um bom debate, especialmente para os empregados da Eletrosul que vivem os conflitos com os barrageiros, o problema de seqüestros de técnicos, etc...

Sinergia quer alterar departamento jurídico

A assembleia geral do Sinergia que acontece no próximo dia 20 (veja capa deste jornal) vai discutir uma questão importante da vida da entidade: a reformulação do departamento jurídico. Atualmente o setor está sobrecarregado de trabalho e o volume das despesas vem se acumulando de forma surpreendente. Por isso a diretoria do Sinergia vai apresentar uma proposta que visa agilizar o departamento e minimizar os custos das atividades.

TRIBUNA Livre

A Morte Anunciada

Manoel Américo Barros Filho
Doutor em Saúde Pública

A mais antiga instituição de saúde do País no seu gênero - o DSP - acaba de ser extinta. Ao longo da sua vida, o DSP escreveu alguns dos mais importantes capítulos da história da saúde pública do Brasil. Através dele, muitas de nossas cidades conheceram a primeira atenção de saúde organizada. Não há catarinense vivo que não tenha sido protegido por algum dos serviços de saúde do DSP. Erradicou a varíola em nosso Estado. Estruturou os primeiros serviços de controle de dados sobre mortalidade e, com ele, o Brasil aprendeu e implantou o atual atestado de óbito. Iniciou as primeiras experiências da reforma sanitária com o Programa de Ações Integradas de Saúde. Sob seu controle, a difteria tornou-se doença rara em nosso meio.

Com ele, Santa Catarina brilhou, internacionalmente, com o desenvolvimento de técnica de vacinação em massa contra a paralisia infantil. O próprio dr. Albert Sabin afirma que essa experiência foi importante para se alcançar a erradicação da pólio no Terceiro Mundo.

Seus programas de controle de tuberculose e meningite eram exemplares. Ao ser desativado, o DSP entrega o Estado de Santa Catarina com os melhores níveis de vacinação do País e, certamente, ajudou a colocá-lo com o menor coeficiente de mortalidade infantil e com a maior expectativa de vida no Brasil.

MAis o DSP morreu de morte anunciada. Pela omissão de governos que lhe impuseram o gradativo sucateamento. Em seus extermos, chegou a interditar suas próprias unidades, como forma de denunciar o criminoso abandono. Vivemos tempo difíceis em saúde!

O ato que implode o DSP é acompanhado pela surpreendente decisão de desativar o nível regional na organização sanitária. Tomar a que dê certo! Afinal, mesmo entre nós, técnicos de saúde, há os que nascem sabendo. Assim, são dispensados (que palavra!) dos longos e cansativos estudos e ensaios para a tomada de decisões como essa.

Lamentavelmente, não pertencem a este afortunado grupo dos que nascem sabendo, por isso fico aqui a encher-me de dúvidas e apreensões sobre como, por exemplo, vai funcionar a Vigilância Epidemiológica sem o nível regional.

E isso!
Enfim, em tempos de cólera, que ainda não chegou, a gente acaba morrendo de raiva!

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, de preferência, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Recessão atinge direitos humanos

Hélio Bicudo é o nome de um homem cuja história está ligada à defesa dos direitos humanos no Brasil. Pequena estatura, testa franzida e um sorriso cordial, ele fala mansamente sobre "o período onde os direitos são mais desrespeitados no Brasil", fala do governo Collor. Com a autoridade de quem já foi promotor público e procurador da Justiça, ele afirma que o Poder Judiciário precisa ser fiscalizado pela população. Bicudo é jurista e jornalista, atualmente deputado federal pelo PT.

Gastão Cassel
Núcleo Organizado de Imprensa Sindical

Qual o balanço que se pode fazer da situação dos direitos humanos no Brasil hoje?

Hélio Bicudo — Nunca houve tantas violações dos direitos humanos no Brasil como a partir do Governo Collor. Com uma recessão que se aprofunda cada vez mais, só em São Paulo há um desemprego de mais de 1 milhão e 200 mil pessoas, e há abandono dos trabalhadores do campo. Temos a incidência de doenças que nunca o Brasil suportou como está suportando agora: é a malária, o dengue, o cólera, a tuberculose, a desidratação infantil, das quais morrem milhões de crianças por ano. De sorte que nós nunca tivemos um abandono tão grande dos direitos humanos como temos agora. Veja que a polícia mata impunemente crianças, jovens, trabalhadores e marginalizados e até delinquentes.

Há dados sobre isso?

H.B. — os últimos dados que eu tive nas mãos mostram que nos 3 primeiros meses deste ano, nas grandes cidades com São Paulo, Rio, Recife, Salvador e Belo Horizonte foram mortas mais de 500 crianças e jovens até 18 anos. Isso é um número inconcebível numa sociedade que queira se dizer civilizada. São mortes feitas polícia ou por grupos para-policiais, sem que se apurem os seus causadores, a não ser incidentalmente, um ou outro caso, mas de condenação mesmo há poucos casos.

E o chamado crime organizado de que a imprensa tanto fala? Há alguma relação entre ele e o não atendimento por parte do estado de necessidades básicas da população?

H.B. — Eu acho que não tem nada a ver uma coisa com a outra. O estado é que está sendo impotente para conter a criminalidade os seus diversos níveis, ela caminha livremente. E a impunidade é muito maior nos altos níveis da criminalidade do que nos baixos, pois no nível inferior vale a lei do talhão - olho por olho, dente por dente, mata-se mesmo. Então o tal crime organizado é mais uma desculpa dos poderes públicos para responder a sua incapacidade de resolver os problemas da violência.



E a questão da violência no campo, nos conflitos por terra?

H.B. — Eu acho que tudo isso é uma decorrência dos problemas sociais. Não temos uma reforma agrária, temos o latifúndio recebendo tratamento privilegiado, de forma que podem suprimir as lideranças sindicais e religiosas, pois sem estas lideranças as pessoas, a população mais pobre, fica a disposição dos grupos econômicos.

Quando se fala em impunidade se diz que o Judiciário é moroso...

H.B. — Isso é verdade o Judiciário é um poder que ainda não se aproximou das necessidades populares, é um poder que busca mais as suas finalidades corporativistas do que a finalidade básica que é a distribuição da justiça. Temos uma justiça sem a estrutura necessária, que não funciona ao lado do povo e desconhece os problemas populares e que é demasiadamente centralizada. Não temos, por exemplo, aqui em Florianópolis uma justiça que atenda as necessidades dos vários bairros, quem quiser justiça tem que vir ao centro e procurar o fórum central. Ele não exerce uma fiscalização coerente da atividade policial, permitindo que a violência policial se derrame largamente, e por outro lado, não tem nenhuma influência para que a pena não seja um fim em si mesma, mas um caminho para a recuperação dos delinquentes. O Judiciário não está sujeito a nenhum tipo de fiscalização popular, é o único poder que não é fiscalizado. O Executivo é fiscalizado pelo congresso, à nível federal e pelas assembleias nos estados, o legislativo, de alguma forma, é fiscalizado pelo

povo. Inclusive a fiscalização dos legislativo se dá de uma forma que o desprestigia, e eu acho que quando mais a gente concorre para desprestigá-lo nós andamos no caminho do arbítrio, porque sem o poder legislativo não há democracia. Mas só o judiciário segue sem fiscalização.

Até que ponto movimentos como este que está sendo lançado em Santa Catarina, fóruns contra a violência, podem barrar concretamente as violações dos direitos humanos?

H.B. — Isso é muito positivo, mas até que ponto isso vai ser importante para defender os direitos humanos eu não saberia dizer, mas eu sou otimista. Este fórum estão acontecendo aqui, em Porto Alegre, São Paulo, Rio, Fortaleza, Recife, Salvador, Vitória, Belo Horizonte e em muitos outros locais. Foi um mobilização semelhante que nos levou a conquistar a lei da anistia. Eram comitês como estes que surgiram aqui e que determinaram a anistia, que não foi como a gente queria, mas que teve um papel fundamental.

Mas, hoje, o momento é qualitativamente diferente daquela época. Esses fóruns se inserem em que perspectiva na reorganização da sociedade civil? A violência é um problema crucial que impede a organização da sociedade civil?

H.B. — O número de linchamentos que ocorrem no Brasil. Só em Salvador em três meses ocorreram mais de 20 linchamentos. Estes fóruns podem ser importantes para que a violência não seja canalizada para a satisfação de interesses que não tem nada a ver com os interesses populares, como a pena de morte, por exemplo.

Como o senhor vê este movimento em favor da pena de morte?

H.B. — A pena de morte só seria mais uma violência como as outras que ocorrem no país, mas com respaldo do estado então.

Mas a discussão da pena de morte ganha força na medida em que a grande imprensa e alguns veículos de comunicação que se alimentam da violência urbana fazem enorme alarde sobre a barbárie das ruas. Como se avalia o papel que a imprensa cumpre na discussão da violência?

H.B. — Os meios de comunicação, especialmente os eletrônicos têm uma grande responsabilidade pelo fato de que o povo hoje está condicionado pela violência, historicamente condicionado. Um pequeno fato que ocorre em uma cidade no interior do país é repetido dezenas de vezes para todo o Brasil, então as pessoas começam a sentir a violência dentro de sua própria casa, a dimensão da violência passa a ser exagerada. O que representa no contexto da população o número de homicídios decorrentes de assaltos, ou de seqüestros decorrentes de assaltos, ou de assassinato decorrente de estupro? É um número muito menor do que 1%, e a imprensa trás isso a tona como se esse fosse o maior problema do país, encobrindo de certa forma problemas sociais mais relevantes, como a própria fome, que também mata.

Jorge Mautner
Show no CIC
Ingressos antecipados no sindicato a Cr\$ 2 mil

Dia 14 - 21 horas